A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS CAMINHOS PARA EVITAR A EVASÃO ESCOLAR

ROSÂNGELA ALVES BARROZO

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma história marcada por desafios e superações. Ao longo do tempo, a EJA tem se esforçado para atender às necessidades educacionais de indivíduos que buscam retornar aos estudos em fases mais avançadas da vida. Um dos principais obstáculos enfrentados pela EJA é a evasão escolar, que ocorre por uma série de motivos, incluindo a idade avançada dos estudantes, suas responsabilidades familiares e profissionais, bem como questões sociais e econômicas. Para combater a evasão escolar na EJA, é crucial adotar abordagens pedagógicas e estratégias educacionais que levem em consideração a realidade e as necessidades específicas desse público. Isso pode envolver a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, o desenvolvimento de programas flexíveis que se ajustem às demandas dos alunos adultos, a implementação de metodologias de ensino inovadoras e a oferta de suporte emocional e acadêmico adequado. Além disso, é essencial promover a valorização da educação ao longo da vida e destacar os benefícios da aprendizagem contínua. A conscientização sobre a importância da EJA como um direito humano fundamental e como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento pessoal e social também é fundamental para incentivar a permanência dos alunos na escola. Ao criar um ambiente educacional que seja acolhedor, inclusivo e adaptado às necessidades dos estudantes adultos, a EJA pode se tornar um espaço de aprendizagem significativa e transformadora, contribuindo para a formação de indivíduos mais capacitados, críticos e engajados em suas comunidades e na sociedade como um todo.

Palavras-chave: Aprendizagem Contínua; Educação de Jovens e Adultos; Necessidades.

INTRODUÇÃO

Investigações voltadas para os percursos educacionais, conforme respalda Paulo Freire em sua obra “Política e Educação” (2001) e também acerca das visões de autores presentes nesse estudo, como Oliveira, Arroyo, e outros, que discorrem sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), demonstram que a deserção escolar pode ser justificada por motivos ligados à origem sociocultural e às disparidades de gênero em nossa sociedade, entre outras razões.

A concepção de que há uma faixa etária apropriada para o aprendizado não se mantém atualmente, pois a educação é um processo que se renova continuamente ao longo da vida, logo, a educação de adultos é um componente crucial na existência pessoal, no desenvolvimento social e institucional.

Ao adquirir saberes de diversas naturezas, os indivíduos têm a oportunidade de conferir significado às suas existências, evoluir como seres humanos e se integrar à comunidade por meio dos conhecimentos adquiridos. Assim, a educação de adultos transcende a mera alfabetização, pois se desdobra em múltiplas abordagens e metas. Segundo Oliveira (1999, p.10):

> O adulto, no contexto da EJA, não corresponde ao estudante universitário, ao profissional qualificado que participa de cursos de aprimoramento contínuo ou de especialização, ou ao adulto interessado em ampliar seus saberes em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música. E o jovem, que foi relativamente recentemente incorporado ao âmbito da tradicional educação de adultos, não é aquele com uma trajetória escolar regular, o candidato a vestibular ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Também não se trata do adolescente no sentido naturalizado de pertencimento a uma fase biopsicológica da vida.

Com um enfoque totalmente voltado para a EJA (educação para jovens e adultos), que frequentemente representa uma escolha feita por ex-alunos do ensino médio, será realizado um levantamento acerca desse tema, investigando por que se retoma os estudos após um intervalo, sendo que diversos fato-

res podem desencadear a evasão escolar.

A EJA possui uma história bastante complexa, pois é influenciada por interesses diversos e nem sempre harmoniosos. As visões conflitantes sobre a condição social, política e cultural dos sujeitos a quem essa oferta educativa se destina têm moldado as distintas concepções de ensino que lhes são proporcionadas. O espaço atribuído à sua formação no contexto das políticas oficiais se confunde com a posição social destinada às camadas populares em nossa sociedade, especialmente quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos (ARROYO, 2001, p. 10).

A educação escolar de jovens e adultos destina-se a indivíduos que desejam iniciar ou prosseguir com seus estudos no ensino fundamental ou médio, uma vez que, por diversas razões, não puderam concluir esses níveis durante a infância ou adolescência.
No que concerne à origem sociocultural, a educação pública gratuita nos faz acreditar na falsa ideia de que existe igualdade de oportunidades educacionais independentemente dos recursos familiares.
Contudo, são necessários diversos recursos para permanecer na escola, e um dos mais importantes – talvez o menos visível – é a disponibilidade de tempo. Crianças e adolescentes de classes populares adentram precocemente no mundo do trabalho e em atividades voltadas para a obtenção de recursos, devido à urgente necessidade de contribuir para a sobrevivência familiar. Conforme estipulado na Constituição Federal de 1988, em seu art. 205:

A educação é: Art. 205 – A educação é um direito de todos e uma responsabilidade do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, à sua preparação para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

Conforme destacado na Constituição Federal, a educação é um direito de todos, contudo, infelizmente, nem sempre é cumprido, pois os alunos abandonam a escola e, frequentemente, só retornam após um intervalo de meses ou anos, devido a diversos motivos e circunstâncias ligados à evasão escolar.
Considerando o delineamento do problema de pesquisa proposto e os objetivos gerais e específicos estabelecidos, é importante ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na sociedade contemporânea, especialmente para aqueles que, por motivos diversos, não puderam concluir seus estudos formais durante a infância ou adolescência.
A EJA oferece uma oportunidade valiosa para adultos que buscam melhorar suas condições no mercado de trabalho, que cada vez mais exige qualificações acadêmicas. Ao abordar a história da EJA e a questão da evasão escolar, seu trabalho pode trazer insights importantes sobre como essa modalidade educacional pode contribuir para a formação e capacitação de adultos que desejam prosseguir ou iniciar seus estudos.
Explorar a relação entre a EJA e a evasão escolar pode fornecer uma compreensão mais profunda dos desafios e obstáculos enfrentados por aqueles que buscam educação em idades mais avançadas. Além disso, ao focar em reflexões sobre a importância da educação escolar de jovens e adultos como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional, seu trabalho pode destacar o impacto positivo que a EJA pode ter na vida desses alunos e na sociedade como um todo.
Ao embasar seu estudo em bibliografias de autores renomados que discorrem sobre a EJA e a evasão escolar, você estará enriquecendo sua pesquisa com perspectivas teóricas sólidas e fundamentadas. Essa base teórica robusta pode fornecer um alicerce consistente para suas análises e conclusões, contribuindo para uma abordagem mais aprofundada e embasada sobre a importância da EJA na educação de adultos.
Portanto, ao abordar os objetivos propostos em sua pesquisa, você estará não apenas contribuindo para o conhecimento acadêmico no campo da educação, mas também promovendo uma reflexão relevante sobre a importância da EJA como uma ferramenta essencial para a inclusão e o desenvolvimen-

to educacional de indivíduos que buscam oportunidades de aprendizado ao longo da vida.

PAULO FREIRE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

s primeiros envolvimentos de Paulo Freire com a educação de jovens e adultos ocorreram no final da década de 1940, quando ele assumiu a direção da Secretaria de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI). Durante os dez anos em que trabalhou nesse cargo, ele realizou suas primeiras experiências que posteriormente deram origem ao método que se tornou reconhecido internacionalmente.

Em 1958, durante o II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos, ele delineou sua visão como educador progressista, conforme Araújo Freire (1996), e sistematizou suas ideias na tese "Educação e Atualidade Brasileira", apresentada em 1959 no concurso da disciplina História e Filosofia da Educação da Escola de Belas Artes de Pernambuco, atualmente conhecida como Universidade do Recife.

A partir de sua produção teórica e experiências anteriores, incluindo seu trabalho como professor na Universidade do Recife a partir de 1960 e sua colaboração com diversos espaços de educação e cultura popular, como o Movimento de Cultura Popular do Recife, surgiram as experiências mais marcantes de sua trajetória: a experiência de alfabetização em Angicos.

Angicos, uma pequena cidade no interior do estado do Rio Grande do Norte, foi o cenário onde, em 1963, Paulo Freire e um grupo de estudantes, por meio da implementação dos "Círculos de Cultura", alfabetizaram e politizaram os participantes em um período de 40 horas. Essa experiência foi fundamental para o desenvolvimento e consolidação do método de alfabetização conscientizadora de Freire, que enfatizava a importância da contextualização, da conscientização crítica e da conexão entre a educação e a realidade social dos educandos.

Paulo Freire (2001) afirma que:

A compreensão crítica do ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. [...] Linguagem e realidade se aprendem dinamicamente. [...] A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela (FREIRE, 2001, p. 23).

O texto aborda a importância da alfabetização e da educação de jovens e adultos em um contexto contemporâneo, destacando a evolução do conceito de alfabetização além da simples decodificação do código para uma compreensão mais ampla e significativa da leitura e da escrita.

Destaca-se a citação de Paulo Freire, que ressalta a importância da leitura crítica como um processo que vai além da decodificação das palavras, envolvendo a compreensão do mundo ao nosso redor. A alfabetização é apresentada como um meio não apenas de adquirir habilidades básicas de leitura e escrita, mas também de desenvolver uma compreensão mais profunda da sociedade e contribuir para o avanço pessoal e social.

O texto também contextualiza historicamente a evolução da alfabetização e da educação no Brasil, desde o final do século XIX, quando a educação ganhou destaque como instrumento de modernização e preparação das novas gerações para atender aos ideais do Estado Republicano.

Os resultados obtidos, trezentos trabalhadores alfabetizados em aproximadamente 45 dias, impressionaram profundamente a opinião pública, e a aplicação do sistema pôde se estender, agora sob o patrocínio do governo federal, a todo o território nacional. (FREIRE, 2011, p. 17)

Destaca-se a transição da alfabetização de um privilégio de poucos para um requisito essencial de aquisição de conhecimento e desenvolvimento social, culminando na obrigatoriedade do ensino leigo e gratuito, tornando a leitura e a escrita fundamentais para a escolarização e aprendizagem sistematizada.

O ensino passou a ser visto como uma ferramenta para instrução intencional e sistemática, que não apenas capacitava as pessoas com habilidades básicas de leitura e escrita, mas também as equipava para enxergar o

mundo de forma mais crítica e contribuir para o progresso do país.

Houve diversos métodos de alfabetização, pois ao longo dos anos a escola tem fracassado em seu papel de alfabetizadora, e para cada fracasso o método de ensino utilizado nessa época é considerado tradicional e substituído por outro método considerado inovador.

Mortatti (2006, p. 4-12), dividiu os métodos de ensino inicial da leitura e escrita, desde as décadas finais do século XIX, em quatro momentos:

A metodologia do ensino da leitura – O primeiro momento durou da segunda metade do século XIX a 1890. Para o ensino da leitura utilizavam nessa época o método sintético, que é da parte para o todo, ou seja, letras, sílabas, palavras, frases e textos. Esse método parte da ideia de ir aumentando o grau de dificuldade. A escrita era restringida a caligrafia e ortografia, e seu ensino era através de cópia, ditados e produção de frases isoladas. A institucionalização do método analítico – O segundo momento durou de 1896 a 1920. O ensino da leitura deveria ser do todo, para depois ir para as partes constitutivas. Alfabetização sob medida – O terceiro momento durou de 1920 até o final da década de 1970. Foi a conciliação do método sintético com o analítico, chamado de métodos mistos ou ecléticos. Alfabetização: construtivismo e desmetodização – De 1980 a dias atuais. O construtivismo se apresenta não como um método novo, mas como uma revolução conceitual, que questiona a necessidade das cartilhas, as teorias e práticas tradicionais e desmetodizar o processo de alfabetização.

Percebe-se que cada novo método de alfabetização surgiu como inovador e com a função de tentar "salvar" a educação do fracasso. No entanto, apesar desses diferentes métodos, permanece o fracasso escolar, o que tem gerado alunos analfabetos e analfabetos funcionais, por esse motivo faz-se fundamental que os adultos da EJA tenham a oportunidade de retomar seus estudos e se enquadrar na sociedade atual.

As abordagens experimentadas em Angicos e em diferentes regiões do Brasil são parcialmente refletidas na publicação brasileira de 1967 intitulada Educação como expressão da liberdade. Neste trabalho, Freire sustenta que "a educação não existe fora das comunidades humanas e não há indivíduo no vazio" (Freire, 2011, p. 51).

Simultaneamente, ele argumenta que o trabalho educacional e político do educador deve ter início a partir da história e dos contextos concretos nos quais as pessoas estão imersas.

Conforme Freire, à medida que os estudantes se inserem no processo histórico, "eles logo percebem que os princípios da 'ordem' que os oprimiam tornam-se obsoletos" e se rebelam contra essa ordem (Freire, 2011, p. 77). Trata-se de um processo de conscientização e emancipação. Para Freire, esse processo de conscientização só pode ocorrer com e não para as pessoas, partindo de sua linguagem, de suas inquietações e perspectivas. Nessa visão, de acordo com Freire, não há espaço para uma alfabetização meramente técnica.

Na nossa concepção, pensamos na instrução do cidadão brasileiro sob uma ótica de consciência, na sua irrupção no processo da nossa realidade. Em um trabalho no qual buscamos fomentar a inocência dentro da criticidade, ao mesmo tempo em que nos alfabetizamos. (FREIRE, 2011, p.136).

Para concretizar sua abordagem educacional, Freire ressaltou a relevância do uso de "termos geradores", que devem incitar os alunos a compreender e questionar o mundo. Ao empregar termos geradores, uma das primeiras etapas, de acordo com Freire, é compreender o repertório vocabular dos estudantes, a seguir é selecionar os termos de acordo com esse repertório e por fim é criar situações existenciais específicas ao grupo com quem se trabalha.

Essas situações, conforme Freire, servem como desafios para os grupos.

São situações-problema, codificadas, contendo elementos que serão decifrados pelos grupos com a orientação do facilitador. A discussão em torno dessas situações-problema, segundo ele, está levando os grupos à consciência para que, simultaneamente, se alfabetizem. (FREIRE, 2011, p. 150).

Devido à sua natureza política e libertado-

ra, o método de alfabetização proposto por Freire e o próprio Freire foram considerados potencialmente perigosos desde o Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964.
Após o golpe, Paulo Freire foi detido por 70 dias até conseguir asilo na Embaixada da Bolívia em setembro de 1964, posteriormente se dirigindo a esse país e depois ao Chile. Conforme Freire descreve sobre sua detenção, durante os interrogatórios dos militares brasileiros, a intenção era avaliar o perigo que ele representava. “Fui rotulado como um subversivo internacional, um traidor de Cristo e do povo brasileiro” (Freire, 2006, p. 18).
No contexto da Guerra Fria, o que os militares buscavam, de acordo com Freire, era associá-lo ao comunismo soviético. “Você nega”, perguntou um dos interrogadores, “que seu método se assemelha ao de Stalin, Hitler, Perón e Mussolini? Você nega que seu desejo seja reintroduzir o método bolchevique no país? " (Freire, 2006, p. 18).
Esse contexto gerou um terreno fértil para o surgimento de experiências de educação popular que buscavam promover a conscientização e a participação ativa das camadas populares na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
Os Campos Populares e o Movimento de Educação Popular, como descritos por Paludo (2006), representaram esforços ontra-hegemônicos impulsionados por ideais de transformação social e pela busca por alternativas ao status quo. Influenciados por uma série de correntes e movimentos tanto regionais quanto globais, esses movimentos se propuseram a fortalecer a sociedade civil latino-americana e a promover a organização popular autônoma, com ênfase na conscientização de classe e na construção do chamado "Poder popular".
A atuação de Paulo Freire, como presidente do CEAAL e através de sua prática pedagógica, foi fundamental para o desenvolvimento e a consolidação desses movimentos de educação popular na América Latina. Sua obra seminal, "Pedagogia do Oprimido", escrita durante seu exílio no Chile, teve um impacto significativo na formulação de propostas educacionais que visavam empoderar as camadas marginalizadas da sociedade e promover a justiça social.
Mesmo diante de mudanças geopolíticas e ideológicas, como o fim do bloqueio soviético e a ascensão do neoliberalismo, os movimentos de educação popular continuaram ativos na região, demonstrando a resiliência e a relevância dessas práticas educacionais comprometidas com a emancipação e a conscientização dos indivíduos.
O legado de Paulo Freire e a influência de sua pedagogia crítica reverberam até os dias atuais, inspirando práticas educacionais que buscam não apenas transmitir conhecimento, mas também estimular a reflexão crítica e a ação transformadora em prol de uma sociedade mais justa e democrática.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CAMINHOS QUE SE ENTRELAÇAM

Destaca-se a necessidade de novas práticas de ensino nas escolas, nas quais os alunos não apenas aprendam a decifrar o código da escrita mecanicamente, mas também compreendam e se apropriem da complexidade do mundo da escrita. É enfatizada a importância de um ensino significativo que estimule os alunos a pensar, comunicar, sentir e perseguir seus objetivos, sonhos e direitos, utilizando a escrita como uma ferramenta que oferece esses estímulos.
A leitura é apresentada como uma atividade que fornece conhecimento aplicável a todas as áreas da vida. Ao ler textos diversos, os leitores podem desenvolver empatia, compreender contextos e refletir sobre histórias, identificando-se com personagens e relacionando suas situações à própria vida. Essa reflexão não apenas enriquece o leitor, mas também o ajuda a compreender melhor a si mesmo e aos outros.
É ressaltado que a leitura e a escrita devem ter um propósito significativo para serem eficazes, indo além da simples decodificação do código. No entanto, é destacado que a alfabetização e o letramento não devem ser vistos como substitutos um do outro, pois cada um possui objetivos e contribuições específicas para a educação. A citação de Soares (2003) destaca a importância de reconhecer a especificidade da aquisição da escrita, evitando menosprezar a importância da codificação e decodificação.

[...] a alfabetização desenvolve-se no contex-

to de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de atividades de letramento e, este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização [...] (SOARES, 2004 apud MORAIS, 2010, p. 03)

O texto também levanta questões sobre como e quando trabalhar o letramento na educação, ressaltando que apesar do reconhecimento de sua importância, ainda existem dúvidas sobre a melhor abordagem. Perguntas como quando introduzir o letramento após a alfabetização, como implementá-lo e quais práticas adotar em sala de aula para promovê-lo são comuns no contexto escolar.
A incerteza sobre o melhor momento para trabalhar o letramento surge especialmente no início da alfabetização, quando muitos alunos ainda não dominaram completamente o código da escrita. Essa questão demonstra a complexidade e os desafios encontrados pelos educadores ao integrar efetivamente o letramento no processo de ensino da leitura e escrita.
É evidente que a Instrução e o Alfabetismo estão interligados, portanto, não se deve instruir antes de alfabetizar, mas sim abordar ambos simultaneamente.
A unidade familiar desempenha um papel crucial no desenvolvimento do Alfabetismo na infância. Quanto mais elevado for o nível de competência letrada da família, maior será a exposição da criança à linguagem escrita, o que "pode ou não resultar no reconhecimento desse tipo de linguagem como um elemento fundamental das relações e funções sociais" (BERBERIAN; BERGAMO, 2009, p. 93).

[...]. É o modo de participação da criança, ainda na oralidade, nestas práticas de leitura e escrita, dependentes do grau de letramento familiar (e, acrescentaríamos) da instituição escolar e/ou pré-escolar em que a criança está inserida, que lhe permite construir uma relação com a escrita enquanto prática discursiva e enquanto jogo (ROJO, 1998 apud BERBERIAN; BERGAMO, 2009, p.37).

Ao ingressar na instituição educacional, a criança já possui um conjunto de saberes adquiridos no dia a dia, sendo responsabilidade da escola dar sequência a esse processo, fomentando uma aprendizagem que dê significado às diversas utilidades da leitura e escrita.
Compete ao educador apresentar aos estudantes uma variedade de textos e "suscitar questionamentos diversos, provocativos e controversos sobre diferentes abordagens do texto, para que os alunos possam desenvolver sua habilidade de compreensão" (COSTA, 2009, p. 13), visto que estão imersos em uma sociedade que faz uso desse recurso para diversos propósitos em seu cotidiano. Dessa maneira, auxilia os alunos a perceberem que cada texto possui uma finalidade e surge em contextos comunicativos distintos, sendo a estrutura e a organização textual relacionadas às funções discursivas (MORAIS, 2010).
É essencial promover atividades que tenham significância.

[...] atividades que envolvam o prazer e o gosto pela leitura, abrangendo a interação com livros de literatura infantil, atividades em que as crianças possam conversar sobre o que leram, levantar hipóteses, questionar e serem questionadas, na busca pela compreensão lido ou falado, atividades que provoquem reflexões constantes sobre o funcionamento e a estrutura da língua escrita, atividades que desenvolvam a consciência fonológica e a oralidade e atividades onde as crianças possam escrever espontaneamente, testando suas hipóteses psicogenéticas da escrita (BRILHANTE, 2010, p. 11).

Ao alfabetizar-letrando proporciona-se uma aprendizagem diferenciada, pois a criança cria vínculo com leitura e a escrita, passa a ver não como algo chato e sem sentido, mas como uma maneira de expressar-se, de conhecer-se e de libertar-se. A leitura e a escrita passam a ser vistas com outro olhar, de alguém que lê e entende que lê e questiona que lê e faz a mudança.

A INSTRUÇÃO DESTINADA A INDIVÍDUOS JOVENS E ADULTOS E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE

São inúmeros os ganhos proporcionados

pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os adultos que interromperam seus estudos. Contudo, há uma escassez de pessoas que alcançam a alfabetização, visto que a maioria da população utiliza a escrita de forma superficial, ou seja, são considerados analfabetos funcionais.

"[...] a maioria dos adultos brasileiros é funcionalmente analfabeta. Quero dizer que, embora consigam assinar seus nomes e ler placas de ônibus diariamente, não seriam capazes de compreender devidamente uma página inteira, mesmo que o conteúdo esteja dentro de sua área de conhecimento" (PERINI, 1998 apud BRITO, 2012, p. 95).

Essa questão tem se agravado a cada ano, pois apesar da redução do analfabetismo, a população enfrenta dificuldades em utilizar de maneira eficaz as habilidades de leitura e escrita. Diversos fatores têm contribuído para o analfabetismo funcional.

Podem ser identificados diversos motivos, desde a educação deficiente durante a fase escolar, a baixa escolaridade, a falta de interesse pela leitura na sociedade (principalmente devido à desvalorização da escrita e da educação), a competição entre a leitura e os meios de comunicação de massa, a presença onipresente do computador, a desconexão estabelecida entre posse de diploma e sucesso em várias carreiras, a criação artificial de ídolos com pouca instrução, o custo elevado do papel e dos materiais necessários para impressão, elevando demasiadamente o preço dos livros, políticas inadequadas de estímulo à leitura e muitos outros fatores (COSTA, 2009, p. 26).

É perceptível que muitos desses fatores são derivados de problemas na cultura deficiente em que o país se encontra. Essas questões têm levado a novas situações preocupantes, pois

"o resultado da falta de senso de cidadania, evidenciado na evasão escolar, no desemprego, nos baixos salários, é a violência. O Brasil nunca testemunhou tamanha violência urbana, em um cenário que assemelha-se a uma guerra civil" (DIMENSTEIN, 1997 apud COSTA, 2009, p. 79).

A necessidade de uma educação de excelência, de uma educação que promova o alfabetismo, é algo imprescindível, pois a leitura abre as portas para o conhecimento e serve como uma bússola para o aluno, auxiliando na construção dos valores que orientarão sua vida.
A atuação da escola na formação de leitores de primeiras letras pode resultar acréscimo significativo de valores humanos, sociais, econômicos, científicos, filosóficos, sociológicos, psíquicos, artísticos e tantos outros. A iniciação da criança nas habilidades de leitura abre-lhe portas ao conhecimento. A competência da leitura, adquirida nas trocas que, enquanto leitor, ela realiza, aperfeiçoa-se ao longo da vida e pode mantê-la conectada a toda produção do pensar, agir e criar, realizada pela humanidade e registrada em formato de textos escritos. A força dessa aprendizagem constrói consciência e atitudes eficazes ao longo da vida. (COSTA, 2009, p. 23).

A EJA traz grandes contribuições para nossa sociedade. Ao letrar um aluno de EJA não o ensinamos apenas a ler e escrever, mas também a usar e pensar sobre o que se lê e o que se escreve, ao ensinarmos essa prática, o aluno de EJA eventualmente vai sentindo prazer, adquirindo conhecimentos, se tornado crítico, estabelecendo valores e começando a refletir sobre o mundo e suas práticas, superando as expectativas que tinha a respeito de seus estudos e aprendizagens.
Se faz necessário a mudança de olhar, por parte da educação, escola e professores sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), não pensando apenas como a aquisição do código da escrita, mas como algo mais complexo, que contribui para a mudança de práticas e valores, e assim, a mudança e o crescimento de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um campo crucial da educação que enfrenta desafios específicos devido às características de seu público-alvo, que muitas vezes são

adultos com responsabilidades familiares, profissionais e sociais. A volta à escola para essa faixa etária pode ser dificultada por uma série de fatores, como a idade avançada, preocupações familiares, demandas de trabalho e outras situações pessoais, o que pode contribuir para a evasão escolar.

É fundamental que os educadores que atuam na EJA estejam cientes desses desafios e sejam sensíveis às necessidades e realidades dos alunos adultos, adaptando suas práticas pedagógicas para atender a esse público de forma eficaz.

A EJA não é apenas um direito humano fundamental, mas também serve como uma porta de entrada para o exercício de outros direitos, impactando áreas importantes da vida individual e comunitária. Ela desempenha um papel crucial na promoção da saúde e bem-estar, no acesso ao emprego e ao mercado de trabalho, na participação cívica e democrática, na inclusão social, na valorização da arte e cultura, e na integração das novas tecnologias e redes sociais.

A concepção de aprendizagem como um processo contínuo ao longo da vida está cada vez mais presente no campo da educação, contrastando com a ideia antiquada de que a educação é restrita a determinadas fases da vida. Diante disso, os desafios da EJA residem na necessidade de desenvolver abordagens pedagógicas que atendam às demandas específicas desse público e que estejam alinhadas com os objetivos educacionais das instituições.

Para enfrentar esses desafios, é essencial que a população jovem e adulta seja considerada uma prioridade nas políticas públicas do Estado, abordando questões pedagógicas, administrativas e sociais de forma integrada. A construção de projetos educacionais inclusivos e adaptados às necessidades dos alunos adultos é fundamental para garantir que a EJA cumpra seu papel de promover a educação ao longo da vida e contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO Freire, Ana. "Uma voz dá uma esposa: o traje de Paulo Freire", in Moacir Gadotti (org.), Paulo Freire: uma biografia, São Paulo, Cortez. 1996

ARROYO, Miguel G. da. A Educação de Jovens e Adultos em Tempo de Exclusão. Alfabetização e Cidadania, São Paulo: RAAB, 2001.

ARROYO, G. M. Escola coerente à escola possível. São Paulo: Loyola, 1997. Educação Popular, n. 8. 181 p.

BERNARDINI, J. (2014). "The Indicators of Adulthood in the Postmodern Context," in Postmodern Openings, no. 3, vol. 5, pp. 79-93.

BRANDÃO, Carlos R, Paulo Freire: educar para transformar, São Paulo, Mercado Cultural. 2005.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira – (CF/88). Carta Magna, arts. 205 e 227. 5 de outubro de 1988.

BRITO, L. P. L. Letramento no Brasil. 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2013.

BRILHANTE, L. H. A. A. Alfabetização e Letramento: por uma proposta didática para alfabetizar letrando. In: VI Encontro de Pesquisa em Educação, 2010, Teresina.

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA D. A. A Infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

COSTA, M. M. Literatura, Leitura e Aprendizagem. 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

DI PIERRO, MC. “Redefinição da educação de adultos no Brasil”, in Revista Interamericana de Educação de Adultos, n. 2, ano 27, pp. 7-26. 2005.

FREIRE, P. Cartas a quem pretende lecionar 3. ed. Cidade do México: Siglo XXI, 1998.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação, São Paulo, Centauro. 2006.

FREIRE, Paulo, Pedagogia do Oprimido [44ª ed.], Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2005.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo. Cortez. 2001.

GARCIA, Regina Leite. Novos olhares sobre a alfabetização. In: id. (Org.). Novos olhares sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 2004. p. 11-28.

GOMES, E. C. A Escrita na História da Humanidade. Dialógica (Manaus), v. 1, p. 3, 2007.

GRÜNNER, E, "Foucault, a política da interpretação", In: M. Foucault, Nietzsche, Freud e Marx, Buenos Aires, O céu de assalto. 1969.
KNOWLES, MS, "Innovations in Teaching Styles and Approaches Based on Adult Learning", in Journal of Education for Social Work , no. 8, vol. 2, pp. 32-39. 1972.
MERRIAM, SB; BROCKETT, R. A profissão e prática da educação de adultos. São Francisco: Jossey-Bass, 1996.
MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Seminário Alfabetização e Letramento em Debate - MEC/SEB. Brasília-DF: MEC/SEB, 2006. v. 1. p. 1-14.
OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimentos e Aprendizagem. São Paulo: ANPED- Associação nacional de pesquisa e pós-graduação e educação n° 12, 1999.
PALUDO, Conceição. “Educação Popular: diálogo com as redes latino-americanas” (2000-2003), em Pedro Pontual e Timothy Ireland (org.), Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas, Brasília, Ministério da Educação / UNESCO. 2006.
RAVEN, M. e R. JIMMERSON. “Perceptions of Nontraditional Students Ensino e Aprendizagem Realizada por Professores e Alunos”, in Continuing Higher Education Review, no. 51, vol. 1, pp. 33-42. 1992.
SARRATE, ML Educação de adultos: avaliação de centros e experiências. Madrid: Narcea, 1997.